

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 233, DE 2007

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado MARCONDES GADELHA

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem Nº 233, de 2007, acompanhada de exposição de motivos do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso I do art. 49 da Constituição Federal, do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, a Mensagem foi inicialmente encaminhada a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estando igualmente prevista a apreciação da matéria por parte da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sujeita a posterior apreciação do Plenário.

Em sua Exposição de Motivos, o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim informa que o presente Acordo possibilita ações oficiais de cooperação entre Brasil e Israel nos campos de saúde e medicamentos, em bases mutuamente benéficas, incluindo o intercâmbio de informações e de documentos de interesse comum nessas áreas; a troca de

especialistas para fins de estudos e consultas e a promoção de contatos entre instituições e organizações dos respectivos países.

O Chanceler Amorim acrescenta que, por ser Israel um país com reconhecida excelência nas áreas de medicina e saúde pública, o instrumento em apreço representa importante contribuição para o desenvolvimento brasileiro nesses setores, além de ir ao encontro do processo de estreitamento dos laços de amizade entre as duas nações.

A seção dispositiva do Acordo conta com onze artigos, dentre os quais destacamos o Artigo 2, que arrola as já citadas ações de cooperação a serem contempladas, e o Artigo 5, dispondo que os Ministérios das Partes trocarão bibliografia médica e formulários sobre assistência médica, bem como material informativo dos campos da saúde e medicamentos.

Nos termos do disposto no Artigo 6, para implementação desse Acordo, os Ministérios das Partes assinarão Planos de Cooperação nos quais, em primeiro lugar, especificarão os recursos financeiros; ao passo que o Artigo 9 estabelece que toda informação fornecida pelas Partes sob este Acordo será considerada confidencial e não será revelada a terceiros sem o consentimento escrito da Parte fornecedora da informação.

O presente Acordo poderá ser modificado por consentimento mútuo das Partes e entrará em vigor na data da segunda das notificações por meio das quais uma Parte comunica à outra o cumprimento dos requisitos legais internos necessários, vigendo por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia de uma das Partes (Artigos 10 e 11).

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O recente processo de globalização tem reforçado junto às autoridades governamentais a necessidade de uma maior cooperação internacional na área da saúde pública, dando novos contornos à chamada diplomacia sanitária no Século XXI.

Exemplar dessa realidade, na qual a saúde se constitui em direito humano fundamental e a saúde pública se situa como bem público

global, é a recente entrada em vigor da “Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco”, primeiro tratado internacional negociado sob os auspícios da OMS, que trata de matéria de singular relevância para a saúde pública e que tanto debate suscitou, inclusive no Parlamento brasileiro antes de sua aprovação em data limite, no final de 2005, possibilitando a ratificação do Governo brasileiro.

Aos atos multilaterais somam-se as avenças bilaterais da espécie, como exemplifica o presente Acordo, envolvendo Brasil e Israel. Trata-se de uma avença dispondo sobre ações de cooperação nos campos da saúde e de medicamentos, que expandirá a nossa pequena rede de acordos bilaterais na área e que tem potencial para gerar ganhos substanciais para ambas as partes.

Israel, conforme registrou o Chanceler Amorim em sua Exposição de Motivos, tornou-se um centro de excelência em saúde pública e hoje possui uma das populações mais sadias do mundo. Esses dados israelenses fornecidos pela OMS, contrastados na seqüência com os respectivos dados brasileiros, dão mostra disso:

- a) expectativa de vida (em anos) (Homens/Mulheres): 78/82 contra 68/75 (dados de 2005);
- b) mortalidade infantil (p/ cada 1000 nascimentos c/ vida): 4.0 contra 28.0 (dados de 2005);
- c) número de médicos (p/ 1000 habitantes): 3,82 (dado de 2003) contra 1,15 (dado de 2000);
- d) leitos hospitalares (p/10.000 habitantes): 63 (dado de 2005) contra 26 (dado de 2002); e
- e) gasto total (público e privado) em saúde com relação ao PIB: 8,7% contra 8,8% (dados de 2004), sendo que em Israel o setor público responde por 70% desses gastos, ao passo que no Brasil esse percentual é de 54,1%.

Trata-se ainda de um Acordo que complementa o “Acordo Básico de Cooperação Técnica”, de 1962, aprofundando o intercâmbio Brasil-Israel e fortalecendo os laços de amizade entre os dois países.

Desse modo, o presente Acordo encontra-se alinhado com os princípios que regem as nossas relações internacionais, particularmente com o princípio constitucional de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, razão pela qual, VOTO pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2007

Deputado MARCONDES GADELHA
Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2007
(MENSAGEM Nº 233, DE 2007)**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2007

Deputado MARCONDES GADELHA
Relator